

Mesa-redonda

A inclusão das pessoas excluídas no contexto do desenvolvimento social: estratégias e parcerias possíveis

Célio da Cunha

Representante da Unesco; Mestre em Educação pela Universidade de Brasília; Doutor em Educação pela Unicamp; foi Superintendente de Desenvolvimento Social e de Ciências Humanas e Sociais do CNPq, bem como Diretor de Políticas Educacionais do MEC; Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UM; integra o Conselho Editorial das revistas **Educação Brasileira** – da Crub, e **Linhas Críticas**, tem artigos e livros publicados.

Estamos vivendo um panorama de incertezas, insegurança, violência, crescente desemprego, crise moral e ética, crise dos valores humanos e o aumento também visível, do contexto da América Latina por exemplo, da pobreza, além de outros fatores que estão interferindo, como a forte presença de diferentes tipos de discriminação e o problema da distribuição de renda, já abordado. O quadro revela perspectivas otimistas de outro lado, mas, de outro não podemos ignorar alguns obstáculos que precisam ser debatidos, visando à construção de novos cenários sociais, mais justos, mais solidários. Em síntese, o mundo hoje necessita de uma ordem internacional, um novo direito mundial e uma justiça também universal.

Algumas falácias do desenvolvimento que estão em curso. É importante que alguns equívocos e até algumas mentiras sejam discutidos, porque, se não tivermos clareza de muitas coisas que são apresentadas até como naturais e como verdades, não teremos condições de remover esses obstáculos e de buscar alternativas diferentes. Naquele livro que foi *best seller* no Brasil, um dos grandes historiadores deste século, o Hobsbawm, em sua breve história do século XX, ele termina o livro afirmando que precisamos pensar um século XXI diferente do que foi o século XX, porque as promessas que foram feitas no século XIX, não foram cumpridas no século XX. Diante das promessas de paz, temos um mundo dominado pela insegurança e por diferentes guerras setoriais. Frente às promessas de igualdade, uma brutal distribuição de renda que privilegia uma minoria. As próprias promessas de liberdade também não se cumpriram, porque inúmeros regimes ditatoriais estão presentes. O que se discute hoje no mundo, em vários países, é como construir um século XXI diferente.

A primeira dessas falácias é a negação ou minimização da pobreza. Em vários discursos políticos, os governantes justificam: “olha, a situação não é bem assim, realmente estamos caminhando, estamos fazendo progresso...”. Porém a situação é muito ruim mesmo. Conforme os índices de desenvolvimento humano já mostrados, o Brasil é uma pobreza absoluta e quando se comparam as estatísticas de pobreza na América Latina, desde a década de 80 até o ano 2000, constatamos o aumento da pobreza.

A segunda falácia é a da paciência. É muito freqüente ouvirmos: “Vamos esperar, vamos ter paciência. Esse governante está com boas intenções, precisamos ter mais tempo”. Mas chegamos realmente a um ponto em que precisamos ter urgência, não há mais tempo, porque há crianças morrendo e pessoas passando fome.

A terceira falácia é do crescimento econômico. Segundo o pensamento econômico ortodoxo, “precisamos fazer o produto interno bruto crescer para depois fazer a distribuição

da renda”. Esse movimento tem que assumir uma visão integrada e ampla de que já houve essas tentativas em vários países e também não deu certo.

A quarta falácia é de que a desigualdade é um fato natural: “é sempre assim, o mundo sempre teve pobre, isso é natural. É preciso ter paciência com essa situação”. Sempre colocam a pobreza como uma etapa inevitável na marcha para o desenvolvimento. O que assistimos hoje é uma enorme desigualdade no Brasil e na América Latina.

A quinta falácia é a desvalorização da política social. A cada governante para os investimentos na área social o dinheiro diminui ou até desaparece. Isso tem sido um fato histórico. Nosso economista clássico, Celso Furtado, tanto insistia em, pelo menos, um equilíbrio entre desenvolvimento social e desenvolvimento econômico, mas realmente isso não acontece. O primeiro sempre está a reboque do segundo. Em qualquer instância administrativa, seja municipal, estadual, federal, pode-se ver que as áreas de desenvolvimento social são tradicionalmente fracas, sem poder ou sem expressão política. Ora, há um problema: a economia só tem sentido para a melhoria da vida das pessoas. A dignidade das pessoas deve ser prioritária.

A falácia seguinte é a maniqueização do Estado, um esforço deliberado, feito nos últimos anos, para diminuir o papel do Estado: “O Estado atrapalha a iniciativa privada, onde há Estado não há progresso”. Em função dessa tentativa deliberada, em diversos países o Estado acabou se retirando de áreas fundamentais. Hoje alguns pensadores sociais já repensam o papel do Estado. Sobretudo nas sociedades subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, é fundamental o papel do Estado porque só ele tem condições de combater a pobreza. Certamente não um Estado corrupto, mas ético e cidadão, o que é fundamental para a busca de uma nova lógica para o desenvolvimento.

Mais uma falácia é a incredulidade sobre o papel da sociedade civil. Várias políticas, aqui na América Latina por exemplo, não acreditam nas vantagens de desenhar modelos de Estado com forte participação da sociedade civil. Isso é cada vez mais necessário neste século XXI, mas o que temos assistido, em termos de políticas de desenvolvimento na última década, é uma redução do papel da sociedade civil.

A oitava falácia, muito ligada à anterior, que sempre se enaltece no discurso, é a necessidade de participação de todas as pessoas. No entanto, na prática, essa participação não existe. É certo que há experiências que apontam para essa direção, como algumas experiências que se desenvolvem no Brasil em termos de orçamento participativo. Muitas dessas experiências têm dado excelentes resultados, o que significa que, quando há uma vontade política, há um governante que toma decisão de incluir a sociedade civil, os resultados aparecem. Mas não é a regra na América Latina.

Uma outra falácia é uma predominância da realidade técnica sobre a racionalidade ética. Inúmeras decisões são tomadas em gabinetes burocráticos de governantes, não levam em conta a aspiração das pessoas, nemo conhecimento que elas portam e com o qual podem contribuir para o desenho de um novo cenário. Então, via de regra, tem-se dado primazia a essa racionalidade técnica e instrumental em detrimento de uma racionalidade ética e que dá primazia aos valores humanos.

A décima falácia é que sempre se coloca um modelo de desenvolvimento em curso e, muitas vezes, mesmo não dando certo, sempre se alega que não há alternativa. Estamos diante, inclusive mundialmente, deste impasse: há ou não há alternativa? Será que tudo isso

que está acontecendo é natural? Será que nós não temos condições e capacidade de pensar caminhos, diferentes para alterar esse quadro?

Ao enumerar essas falácias, procurei mostrar que o que está em curso pode ser mudado, mesmo porque muitas vezes não tem a sustentação teórica que muitas vezes se alega. Nesse contexto, há alguns anos a UNESCO vem tentando redirecionar as suas ações no âmbito do seu mandato. É sempre bom repetir que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura é uma instituição que possui mais de meio século de existência. Foi fundada em 1946, logo após a segunda guerra mundial, com o objetivo, entre outros, de promover uma cultura de paz por intermédio da promoção da cultura, da ciência, da educação, da comunicação. Embora tenha limites no campo de ação, ela vem construindo uma trajetória histórica de lutas. Sempre procurou trazer à tona, para discussão mundial, alguns temas do desenvolvimento social e alguns temas essenciais ao desenvolvimento humano. Os preferenciais são a discriminação, o analfabetismo, a educação, a cultura. Aos poucos, construiu um acervo de documentos, sempre em um diálogo democrático em nível internacional com governantes e a sociedade civil. A Unesco sempre convidou para as suas reuniões expressivos segmentos da sociedade civil e das universidades, o que lhe deu legitimidade. Os diálogos e os conhecimentos produzidos são debatidos em grandes eventos internacionais.

Preocupada, então, com o quadro social agravado pela aceleração sem precedentes do processo de globalização, a Unesco, sobretudo na década de noventa, dedicou especial atenção ao convocar os países e discutir com ministros e chefes de Estados compromissos internacionais, no sentido de discutir, com os 186 países que fazem parte da Unesco, alternativas para a redução da pobreza.

No começo de 1990 ela convocou uma reunião mundial para discutir uma política de educação para todos. Foi feita na Tailândia, teve também a participação do Pnud, do Banco Mundial e do Unicef. Dessa reunião, com muita participação da sociedade civil, de representantes dos diferentes governos, inclusive o do Brasil, saiu uma declaração mundial.

Hoje, por exemplo, um bom número de países já incorporou a idéia de educação para todos. Essa política inclusiva é fundamental, porque a educação é uma estratégia, uma chave de mudança. Não que a educação por si só vá operar milagres, mas, para as pessoas que passam por escolas, sempre lhe são abertos novos horizontes, pois a escola aponta em direção à cidadania. Isso é necessário até mesmo para reorganizar e fortalecer a luta em busca da universalização da cidadania.

Logo em seguida a Unesco – o que é muito comum – convoca especialistas para grandes reflexões universais, uma comissão de educação mundial para o século XXI, presidida pelo ex-ministro das finanças da França. Foi proposital a Unesco colocar um ministro das finanças para coordenar um relatório mundial da educação. O documento foi produzido através da contribuição de inúmeros estudos feitos por pessoas de diferentes partes do mundo. Ele resultou no chamado Relatório de Lours, e nós editamos no Brasil com o título “Educação, um tesouro a descobrir”. Nele se discute o problema da globalização, do desenvolvimento social e de como a educação se coloca como uma das chaves do desenvolvimento. A Unesco defendeu quatro grandes pressupostos para erigir uma nova política educacional no século XXI, as quatro aprendizagens fundamentais: aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conhecer e aprender a conviver juntos. Esse relatório tem sido amplamente discutido em todo o mundo.

Simultaneamente a Unesco convoca uma outra comissão, também de âmbito mundial, para discutir as relações entre cultura e desenvolvimento. Trabalharam mais de três anos, inclusive o ilustre Celso Furtado, e produziu um substantivo relatório, editado no Brasil com o título de “Nossa diversidade criadora”. Mostrava que, em todas as culturas, todas as pessoas são capazes de criar e de contribuir para o desenvolvimento; que, por exemplo, as políticas de desenvolvimento econômico podem fracassar se não se levar em conta o fator cultural; que é necessária uma educação para a diversidade cultural em todo o mundo, porque o mundo possui nada mais, nada menos do que dez mil agrupamentos culturais diferentes. Esse relatório, “Cultura e desenvolvimento”, advoga a construção de uma nova ética universal para presidir a globalização, ao invés de uns poucos globalizarem e a maioria ser globalizada. Então a nova ética é fundada no saber popular e na enorme diversidade criadora de todos, com força para presidir o desenvolvimento, que aponte em direção ao bem-estar das pessoas; não um modelo como esse que está em curso, que exclui as pessoas. Pois não tem uma dimensão humana, por isso precisa ser substituído.

Em Salamanca, 1994, a Unesco promoveu a reunião mundial sobre os portadores de necessidades especiais de educação, quando acabou sendo aprovada a Declaração de Salamanca. A partir daí, inúmeros eventos e projetos em todo o mundo tiveram início ou foram dinamizados em prol de uma educação inclusiva. O ex-diretor geral da Unesco, o Frederico Maior, ressaltou os efeitos dessa reunião de Salamanca: “A educação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, problema que afeta igualmente os países do norte e do sul, não pode progredir de forma isolada, deve antes fazer parte de uma estratégia global de educação e, sem dúvida, de uma nova política social-econômica que implica uma profunda reforma da escola regular”.

Nos anos de 98 e 99, uma nova reunião mundial, a chamada Comfitea, Conferência Mundial de Educação de Adultos, foi realizada em Hamburgo, oportunidade em que foi instituída a década Paulo Freire de Alfabetização. Essa reunião reafirma os compromissos anteriores para erradicar o analfabetismo da face da Terra, porque o mundo ainda tem um contingente de aproximadamente 900 milhões de analfabetos puros. Editamos esse documento no Brasil, fizemos a mais ampla distribuição possível em Sindicatos e Prefeituras. Foi um outro importante documento de inclusão.

No ano seguinte, a Unesco convocou as Universidades e fez realizar em Paris uma grande reunião para definir uma nova política para o ensino superior no século XXI. A Universidade é fundamental para os países subdesenvolvidos, para, por exemplo, o Brasil, porque o processo de aceleração da globalização está ampliando ainda mais a diferença cognitiva entre os povos do primeiro mundo e os povos chamados periféricos. Daí a importância da Universidade como entidade produtora de conhecimento e mais inserida na vida e nos problemas sociais de um país. Lá compareceram dirigentes especialistas de todo o mundo, que elaboraram a Declaração Mundial para a Educação Superior no Século XXI. Ainda no ano 2000, em Dacar, uma nova reunião de educação para todos, para dar um novo salto em busca realmente de uma universalização mundial da educação primária, pois fora constatada ainda a existência no mundo de 110 milhões de crianças sem escolas.

Esses são alguns exemplos de inúmeros esforços da Unesco, inclusive para que esses compromissos acordados em público possam ser gradativamente incorporados nas políticas públicas dos respectivos países. É fundamental, então, que os países incorporem essas polí-

ticas, que visem basicamente a uma educação de qualidade para todos, como também cultura para todos, livro para todos, educação ao longo de toda a vida para todas as pessoas, ampla democratização da educação superior, educação inclusiva em relação aos portadores de necessidades especiais de educação, preservação das culturas.

Uma grande tese que a Unesco defende é o respeito às culturas diante dessa enorme diversidade cultural que existe no mundo e dessa fantástica tecnologia da informação e da comunicação que propicia a oportunidade de um encontro cada vez mais freqüente entre as culturas. A Unesco passou a defender já uma educação multicultural, para quem não existe uma cultura superior à outra, apenas culturas diferentes.

Nessa mesma direção, a Unesco ainda mais recentemente, tem procurado fazer estudos para uma nova educação que pretendemos, nos próximos anos, se possível, incorporar de forma gradual nos currículos escolares, que é uma educação para mídia, ou seja, para ensinar crianças e jovens a se defenderem das armadilhas e dos artificios da mídia. As pesquisas que a Unesco tem feito e tem patrocinado mostram de forma clara a influência dos meios de comunicação no aumento da violência e assuntos semelhantes.

Esse conjunto de preocupações da Unesco visa a uma política inclusiva, de respeito humano, na qual reside o conceito de solidariedade. Para ser solidário, é preciso antes de tudo respeitar os conhecimentos e as maneiras de ser e pensar das outras pessoas. Esse é o conjunto que preside projetos, ações e a política da Unesco no mundo.

Ao ser questionado sobre a relação Unesco/ Estados Unidos, é preciso lembrar que os Estados Unidos, em um determinado momento da história da Unesco, retiraram-se dessa organização, o que lhe causa um abalo, porque eles davam a contribuição financeira maior. A Unesco teve inúmeras dificuldades nos anos que se seguiram. Os Estados Unidos não voltaram ainda ao seio dela. Já existe um diálogo muito grande nesse sentido, mas a posição da Unesco é bastante clara em relação ao protocolo de Kyoto. A Unesco tem uma atuação muito forte na área da ciência, do meio ambiente: na década de 90 houve uma importante reunião em Budapeste para discutir ciência e desenvolvimento, quando ela estabeleceu princípios abordados nos diferentes países para presidir o desenvolvimento científico e tecnológico do século XXI. Nesse documento está muito clara a posição da Unesco em relação ao meio ambiente, porque a questão, hoje mundial, é a sobrevivência do planeta que está em risco. Da mesma forma, em uma outra reunião em que os Estados Unidos também se retiraram, quando se discutiu sobre o racismo na África do Sul, a Unesco tem uma defesa muito forte de combate ao racismo. Ainda no ano passado foi realizado nas Nações Unidas o famoso encontro entre as culturas e as civilizações. Então, já existe um diálogo maior e acreditamos que nos próximos anos ele possa ser estreitado dentro e no marco das referências dos documentos básicos de orientação da Unesco em defesa dos direitos humanos e da dignidade das pessoas.

Um outro questionamento é o fato de um dos motivos da baixa escolaridade e também do baixo IDH ser o comprometimento da renda nacional com os pagamentos da dívida externa e pela relação injusta entre os países ricos e pobres. Se a Unesco faz parte da ONU que é controlada por poucos países ricos, o que a Unesco estaria fazendo para mudar essas relações. Eu asseguro que a Unesco tem clareza disso. Neste ano o próprio escritório da Unesco no Brasil propôs à Unesco de Paris um documento, o qual eu também ajudei a preparar. No quadro do financiamento mundial da educação hoje, pode-se tomar como exem-

plo o próprio do Brasil, ou a Bolívia, o Paraguai ou qualquer outro país próximo de nós. O Brasil investe em educação algo em torno de 4,5 e 4,6% do PIB. Uns falam 4,7%. Com esse dinheiro o Brasil conseguiu dar um impulso no ensino fundamental, que constituiu a grande prioridade do governo, também de boa parte dos Estados e Municípios. Ficou de fora a educação infantil; há uma carência impressionante de vagas na educação infantil e quem já teve oportunidade de ler alguns textos de educação infantil das últimas pesquisas feitas nos Estados Unidos, na Europa de um modo geral, no Japão, sobre as conseqüências da ausência de cuidados com a educação nos primeiros anos de vida realmente vai ficar assombrado com a situação. Há o problema do analfabetismo que não conseguimos equacionar ainda, apesar de esforços setoriais, mas é grande o número de analfabetos puros, e se adotarmos o conceito de analfabetismo funcional esse número dobra, de 15 passa para 30 milhões, o que são números expressivos. Ainda há a questão do ensino superior, das Universidades, que não foi devidamente equacionado no Brasil. Quando o Congresso Nacional aprovou o Plano Nacional de Educação, estava prevista a elevação do investimento para 7%. O Congresso aprovou, mas o presidente vetou. Então, só com 4,5% não dá para chegar aonde se quer chegar. Se quisermos vislumbrar um futuro para a educação brasileira tem-se que aumentar os investimentos, além, é claro, de uma parceria com a sociedade civil. Quando se discute isso com equipes econômicas, ou com aqueles que detêm as rédeas da política econômica, percebe-se que, realmente, no contexto mundial, é cada vez mais difícil ampliar esses investimentos em educação. Há esforços setoriais e alguns países até conseguem ampliar um pouco, mas com o déficit que o Brasil acumulou ao longo de sua história, se não tiver um dinheiro novo, será muito difícil resolver. A essa altura existem até alguns estudiosos da educação brasileira achando que analfabeto com 30, 40 anos já têm suas vidas estruturadas e não precisam mais ser alfabetizados. Declarações desse tipo são uma pena, além de ser inconstitucional. Esse quadro brasileiro é pior ainda em outros países. Uma das soluções que a Unesco está sempre propondo, e isso consta do documento da reunião de Dacar, é o perdão da dívida. O documento que fizemos no Brasil é mais ou menos nessa direção, ou seja, trocar a dívida externa por educação. Já houve até um início, com a bolsa-escola. Pode-se perceber que em relação àqueles países muito pobres os Estados Unidos até iniciaram o perdão de dívida, alguns países africanos. Parece que essa é uma das alternativas. Embora haja muitas resistências ainda, sem essa postura americana será difícil equacionar a política educacional, da saúde, do desenvolvimento social dos países mais pobres. Assistimos hoje a crenças decorrentes do chamado Consenso de Washington, de abertura econômica, etc, ou seja, o país ficou mais pobre, o que também é verdadeiro. Então nós precisamos pensar novas coisas, cada vez mais urgentes, alternativas para pelo menos atenuar essa pobreza, como o projeto de renda mínima. O Ipea fez o cálculo que demonstra que o país teria condições de bancar isso hoje. São iniciativas importantes no contexto. No plano internacional, a questão da dívida externa já foi levantada na reunião de Nova York. Acredito que devem ocorrer nos próximos anos novos desdobramentos positivos dessa tese.

Roberto Aguiar

Chefe do escritório Nordeste do Programa das Nações Unidas e Desenvolvimento Social, sociólogo, professor da Universidade Federal de Pernambuco.

É com grande satisfação que estou representando o Sr. Walter Franco, representante residente no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, se fosse definido em poucas palavras, seria retratado como um órgão da ONU especificamente voltado para a promoção do desenvolvimento humano. Ora, *lato sensu*, todas as ações desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas são ações que em algum grau ou extensão voltam-se à promoção do desenvolvimento humano. O específico do Pnud, portanto, comunga com os objetivos gerais das Nações Unidas e está integralmente em consonância e, em uma palavra brasileira, misturado com a ação da OIT, da OMS, da Unesco, do Unicef e de todos os órgãos da ONU.

O índice de desenvolvimento humano tem exposto mais o Pnud aos olhares da mídia nos últimos dez anos aproximadamente. O IDH foi especificamente produzido pelo Pnud para avaliar o tipo de desenvolvimento que os países alcançam. Para isso, leva em consideração basicamente três indicadores. Um deles é a escolaridade: a educação medida pelos anos de escolaridade que, em média, as pessoas têm em uma determinada sociedade. O segundo é a longevidade: quantos anos de esperança de vida as pessoas têm nas sociedades. Por suposição, se estão vivendo mais é porque as sociedades estão oferecendo melhores condições de vida. Então o indicador básico é a esperança média de vida relativizado por vários outros, assim como na área de educação os anos de escolaridade revelariam que, com maior quantidade de anos de escola, as pessoas têm maior conhecimento e, portanto, maior domínio sobre a realidade e as chances de vida. Na área da saúde a esperança média de vida revelaria, pela maior longevidade, que as pessoas teriam melhores condições, uma vez que estariam vivendo mais do que em outras sociedades. O terceiro indicador é o poder de compra da renda per capita, ou, por outras palavras, é a renda per capita medida em dólar relativizada pelo poder de compra, ou relativizada por outros indicadores. Logo não é apenas a quantidade de dólares que uma pessoa ou várias pessoas recebem nesta ou naquela sociedade, mas o que esse dólar representa em termos de capacidade de aquisição de bens, serviços, alimentos etc. Um dólar no Brasil, por exemplo, vale menos do que um dólar na China; com um dólar na China compra-se maior quantidade de bens, serviços, alimentos e outros do que com um dólar no Brasil. Da combinação dessas três áreas, relativizadas especificamente em cada uma delas por outros conjuntos sofisticados de indicadores, resulta o índice de desenvolvimento humano com o qual a ONU classifica os países periodicamente.

Na última publicação, o Brasil ficou em septuagésimo segundo lugar, o que quer dizer mais ou menos no meio do caminho entre os mais pobres e os mais ricos. Esse índice e essa posição poderiam significar que nós teríamos um desenvolvimento humano aproximadamente mediano entre os países. No entanto, comparamos esse índice de desenvolvimento humano com outras medidas sociais, verificamos uma situação mais séria do que aparentemente pode mostrar. Se em si mesmo o septuagésimo segundo lugar já nos incomoda ao ve-

rificarmos que muitos países estão a nossa frente, imaginemos comparar essa posição com o fato de que o Brasil está entre as dez maiores economias do mundo em termos de Produto Interno Bruto. O Brasil está entre os dez países que mais riquezas produzem por ano. Do outro lado, se olhamos a distribuição da renda, tristemente verificamos que o Brasil está entre os dez países de pior distribuição de renda. Na verdade, estamos entre os cinco países de pior distribuição de renda. Embora sejamos um país dos mais ricos, temos brasileiros muito pobres. Esse número tem diminuído, mas não é nenhum consolo verificarmos que, aproximadamente, 23 milhões de brasileiros vivem abaixo daquilo que a ONU considera a linha de miséria, pessoas que ganham menos de um dólar por dia, menos de dois reais e cinqüenta centavos por dia. Portanto, não podem com esse dinheiro comer, vestir, andar, morar, se educar. Mesmo que seja aproximadamente 13%, se fosse uma pessoa já seria gravíssimo, ainda mais 23 milhões, que é mais do que a população de Portugal. Se considerarmos a linha da pobreza, isto é, pessoas que ganham até dois dólares por dia, esse número não cresce pouco, pois são mais de 50 milhões de brasileiros.

Portanto, o Brasil é uma sociedade que inclui pouco os brasileiros. O Brasil se desenvolveu no século XX até mais ou menos a década de 80 em ritmo muito acelerado, em taxas, as maiores do mundo ocidental, mas, do ponto de vista do desenvolvimento humano, não chegou ao mesmo grau. Saímos de um país relativamente acanhado no início do século e terminamos o século XX entre os mais ricos do mundo, mas o nosso povo não está entre os mais ricos do mundo, porque o processo de desenvolvimento brasileiro não é inclusivo. Ele exclui muitas pessoas, mulheres, negros, índios, pessoas portadores de deficiência. Uma trabalhadora mulher, no mesmo ofício de um homem, trabalhando a mesma quantidade de horas, ganha em média, no Brasil, a metade ou um pouco menos da metade que um homem. Uma mulher, no Brasil, tem em média a escolaridade no máximo a metade que um homem tem. No Nordeste, a escolaridade média para a zona rural é baixíssima, é menos de três anos para os homens. Para as mulheres, menos de um ano e meio de escolaridade. Se essa mulher for negra, o salário dela ainda cai pela metade. Um trabalhador negro, em iguais condições de trabalho, ganha em média 40% a menos do que um trabalhador branco, e tem menos anos de escolaridade do que um trabalhador branco. A situação se agrava ainda mais para as pessoas portadoras de deficiência. O processo de exclusão, no entanto, é marcadamente claro. Ele se faz predominantemente através da educação. Excluem-se negros, mulheres, índios e portadores de deficiência quando não se oferece a estes iguais oportunidades de educação que aos outros brasileiros mais privilegiados, os brancos, predominantemente. Poderíamos perguntar: que brancos existem no Brasil? Ou: que pretos existem no Brasil? Somos um país de misturas, e bem misturado, mas existem aqui os que têm mais leite na xícara e os que têm mais café na xícara. Os que têm mais leite têm mais dinheiro, mais escola, mais oportunidade e vivem mais. Os que têm mais café têm menos dinheiro, menos educação e menos anos de vida. Os anos de escolaridade revelam em primeiro lugar que, quanto mais anos de escola, por pior que ela seja, maior a chance de integração no mercado de trabalho e maior o salário.

Muita gente diz que no Nordeste basta irrigar que resolve. Isso é falso, porque o problema do Nordeste não se resolve com água, como o problema de qualquer semi-árido no mundo não se resolve com água. A gerência da água é um problema maior do que a quantidade da água. Chove no Nordeste oitocentos milímetros por ano. Isso é pouco, caracteriza

região semi-árida. Esse índice é médio anual, significa que em algumas regiões do Nordeste chove mais, em outras menos, em algumas chove apenas 300 ou 400 milímetros, em outras ultrapassa mil e duzentos ou mil e quinhentos milímetros. De qualquer modo, abaixo de mil milímetros por ano é indicador de escassez. O interessante é que esse índice médio do semi-árido brasileiro, que começa aqui em Minas Gerais e Espírito Santo e termina no Maranhão, na beira da floresta amazônica, é superior ao índice médio da Califórnia, de Israel, da Espanha, de Paris. Excluída a bacia amazônica, que é a maior reserva de água potável do mundo, o Nordeste tem 1/3 de reserva hídrica do Brasil para aproximadamente pouco mais de 1/3 da população. Então alguma coisa não condiz com essa história de seca. Não existe uma seca de 1998 ou uma seca de 2001, em todo o tempo lá é seco, o solo é ruim, é semi-árido, em alguns locais é árido, é solo de deserto. A questão é de administração da água. O semi-árido brasileiro, quando estudado comparativamente com outros semi-áridos, como o dos Estados Unidos, o do norte da África, as regiões semi-áridas de Espanha e Portugal, ele se caracteriza por ser o mais povoado do mundo. O superpovoamento é o traço específico do semi-árido brasileiro, do Nordeste. Enquanto nós, brasileiros, não nos decidirmos a enfrentar essa situação de cara, continuaremos dizendo que o problema do Nordeste é a seca e a solução para o Nordeste é a irrigação. A irrigação lá não foge dos padrões do mundo. Para cada hectare irrigado se tem hoje um hectare salinizado. Ou seja, estamos solucionando por um lado um problema e danificando ecologicamente o sistema por outro. Estamos andando como caranguejo, de banda. Seja como for, a irrigação melhorou muito a condição de vida no semi-árido, em algumas regiões, extraordinariamente. À beira do São Francisco, Petrolina e Juazeiro, hoje se exporta frutas o ano inteiro, produz-se vinho, a renda subiu, a condição material de vida melhorou. No cerrado baiano também se produz muito e melhor. As safras de grãos são cada vez mais relevantes. Migrantes desempenham, cada vez mais, um papel importante na cadeia produtiva dessas áreas. Eles têm educação, em média bem superior à dos nordestinos. A produção irrigada exige tecnologia sofisticada, demandando mão-de-obra mais qualificada. São atividades predominantemente exercidas por não-nordestinos, pessoas que vêm do Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e que, por terem maior escolaridade, são capazes de dominar imediatamente a tecnologia. Não se trata de incapacidade intelectual dos nordestinos, trata-se de ausência de escolaridade. Por não terem escola, ou por não ter acesso à educação, eles são excluídos e outros brasileiros de outras regiões são atraídos e dão certo lá, apropriam-se de novas tecnologias e produzem melhor e mais abundantemente. A melhoria está ocorrendo para os nordestinos, mas está melhorando muito mais para essas camadas de migrantes que vêm do Sul e do Centro-oeste.

Na década de 70, alguns economistas começaram a dizer que a falta de anos de escola seria o fator principal que responderia pela perversidade da distribuição de renda no Brasil. Esses economistas foram severamente criticados por outros – chamemo-los economistas ortodoxos – que diziam o seguinte: “Não, se nós crescermos mais rapidamente e melhor, se a economia, *stricto sensu*, melhorar, vai melhorar a educação. Vamos crescer o PIB, que o bolo crescendo trará necessariamente melhoria na educação e melhoria na distribuição de renda”. Ledo engano!

Hoje a maioria dos economistas, inclusive alguns curiosamente da direita e da esquerda, que sustentavam o predomínio do desenvolvimento econômico puro e simples como solução para as distorções sociais da distribuição de renda, eles hoje concordam – e ainda re-

forçam – com os argumentos de quantos economistas que demonstram que, no Brasil, se o acesso à educação fosse democratizado, todos os brasileiros – refiro-me particularmente aos excluídos no processo: mulheres, negros, índios e portadores de deficiência – teriam a mesma oportunidade no sistema educacional que os outros privilegiados têm, ou seja, se eles primeiro pudessem entrar na escola e dela saírem na hora certa, com no mínimo dez ou doze anos de escola, o efeito desse fenômeno, apenas no medidor clássico da distribuição de renda, o coeficiente de Gini, que no Brasil está em torno de 0,60, indicativo de péssima distribuição, cairia para no máximo 0,40. Se os brasileiros fossem partícipes de um grande processo de inclusão através do sistema educacional, o impacto na distribuição da renda seria no mínimo de 1/3. Isso nos faria sair do septuagésimo segundo lugar entre os países medidos pelo índice de desenvolvimento humano para, no mínimo, o quadragésimo lugar. Outras medidas de inclusão social, como acessibilidade à saúde e aos direitos de trabalho, portanto medidas não estritamente econômicas, fariam com que essa distribuição de renda fosse ainda mais afetada.

Ao promover ações afirmativas como esta, a PUC Minas está pondo o dedo em cima da ferida. Através do processo de educação em todos os seus aspectos, promove-se, em primeiríssima instância, a inclusão social no sentido mais abrangente, que atinge direta e concretamente pessoas humanas: mulheres, negros, índios e portadores de deficiência.

Questionado sobre o fato de um dos motivos da baixa escolaridade e também do baixo IDH ser o comprometimento da renda nacional com o pagamento da dívida externa e pela relação injusta entre os países ricos e pobres, eu creio que seja uma situação muito difícil de ser resolvida. A relação do Brasil com o sistema financeiro internacional de devedor com credor, e devedor de uma quantia que este devedor tomou por empréstimo em situações muito favoráveis. Então a dívida externa brasileira, embora tenha crescido muito na última década, não é o principal problema financeiro brasileiro. O sistema financeiro internacional, particularmente aqueles ligados à família ONU, o Banco Mundial e mesmo o FMI, não empresta em condições, digamos, draconianamente perversas; são empréstimos com taxas de juros e com prazos muito favoráveis. O sistema privado também, mesmo não tendo taxas de juros comparáveis a esses e outros organismos internacionais, não praticam, por exemplo, as perversas taxas de juros que os bancos brasileiros e internacionais praticam aqui no Brasil contra os cidadãos brasileiros. Então, em primeiro lugar, os empréstimos são voluntariamente tomados pelo Brasil de organismos internacionais, públicos ou privados; em segundo lugar, é uma quantia que foi negociada em termos muito favoráveis; em terceiro lugar, eles representam relativamente pouco em termos de comprometimento da renda nacional. Isso não pode ser dito da dívida interna brasileira. Esta multiplicou-se gigantesca e 1/3 dela, embora seja dívida interna, que está atrelada ao dólar, o que significa dizer que de janeiro para cá ela aumentou 40%. Além disso a dívida interna é predominantemente a prazo curto e atrelada à taxa de juro interna brasileira, que é de 19% ao ano, contra taxas básicas de Londres e Nova York, inferiores a 5% ao ano. Portanto, resolver o problema da dívida brasileira é antes de tudo um problema interno do Brasil, com o Brasil e os credores dentro do Brasil. O fato concreto é que não poderemos continuar crescendo a 2, 3% ou mesmo a 4% ao ano, pagando uma dívida com taxa de juros e serviços anuais que oscila em torno de 80 bilhões de dólares por ano, de dívida interna e externa. Esse mecanismo se transformou em um mecanismo estrangulador da capacidade de investimento brasileiro, que diminuiu

significativamente. Hoje o Brasil investe menos de 15 bilhões de dólares líquidos por ano e isso é insuficiente para alterarmos a nossa situação. Se quisermos voltar a investir liquidamente 3, 4, 5% do PIB líquido, teremos que arranjar uma solução para a dívida e eu friso, sobretudo e predominante, quase exclusivamente a dívida interna. Essa situação é diferente de outra em que outros mecanismos perversos internacionais conspiram contra o nosso crescimento. São Estados, Nações ou Associação de Nações, que através de regulamentações, sobretaxam os produtos brasileiros. Não somente brasileiros, mas, face à pujança da nossa economia em exportar, estamos sendo severamente atingidos por mecanismos de barreiras alfandegárias. Fiéis a regulamentações internacionais, os países e as organizações de países proíbem a sobretaxa sobre os produtos importados do Brasil: os impostos são mantidos em índices dentro do que prescreve a legislação internacional, mas arranjam mecanismos que, ou subsidiam os produtos nacionais de lá, ou aumentam o preço dos produtos nossos. Em outras palavras, mesmo formalmente cumprindo certas convenções internacionais em que a ONU foi a principal articuladora, favorecem-se grupos econômicos internos de lá, as federações das indústrias e do comércio e mesmo sindicatos. No caso dos Estados Unidos, cujos sindicatos de trabalhadores são predominantemente democratas, são tão ou piores predadores das exportações de terceiro mundo, particularmente do Brasil, que as federações das indústrias. Por legislações diversas os nossos produtos são transformados em mais caros do que os de lá e os que defendem o livre comércio praticam, de fato, uma certa pilhagem do comércio, em favor dos produtores locais de lá. Há um outro ponto: relativamente, o Brasil investe muito na área social, cerca de 21 bilhões de dólares por ano. Lamentavelmente a gerência desses recursos, não que seja corrupta, mas é atrapalhada por uma série de procedimentos burocráticos e administrativos, que a quantia de dinheiro que efetivamente chega na ponta é pequena. Alguns estudos, por exemplo, mostram que em áreas como a educação, previdência social e outras, de cada dólar investido, 50 a 60 centavos de dólar se perde entre o tesouro nacional e a chegada na conta, por causa da burocracia. Isso tem de ser corrigido. Então a situação é bem complexa. Seja como for, concordo com o ponto de partida: não é possível o país continuar pagando oitenta bilhões de taxas de juros interna e externa e taxas de serviços. É necessário descobrir um mecanismo negociado que reduza isso, que alongue o perfil da dívida sem que se parta para a nefasta posição de “devo, não nego, vou pagar quando eu quiser”. Não se faz isso individualmente, é irresponsabilidade e política de caloteiro nunca deu nem vai dar certo.